

**UMA TOPOGRAFIA DE DOR NA PAISAGEM URBANA DE BUENOS AIRES: A
RED FEDERAL DE SÍTIOS DE MEMÓRIA E OS *EX-CCDTyE*.**

Rebeca Lopes Cabral¹

Resumo: O artigo olha para as formas de representação espacial da memória da última e mais violenta ditadura militar argentina, entre 1976-1983. Toma-se como recorte a *Red Federal de Sítios de Memória* na Argentina, com o foco em cinco dos ex *Centros Clandestinos de Detención Tortura y Extermínio (Ex-CCDTyE)* de Buenos Aires – criados durante a ditadura para abrigar as torturas, interrogatórios e para manter os presos políticos encarcerados – hoje *lugares de memória e consciência*, que a compõe. São eles: a *Ex-Esma*, o *Ex-Olimpo*, o *Ex-Virrey Cevallos*, o *Ex-Club Atlético* e o *Ex-Centro de Automotores Orletti*. A partir destes sítios o texto discute a importância e a efetividade da *Red Federal* argentina, enquanto política pública, para a conformação de uma topografia de memória complexa em Buenos Aires, em que os diversos sítios atuam de forma complementar e não redundante. Para isso parte-se tanto de entrevistas realizadas com os envolvidos nos sítios de memória em questão, quanto de um referencial teórico composto por autores como Andrian Gorelik, Beatriz Sarlo, Hugo Vezzetti, Andreas Huyssen e Ana Guglielmucci. Em última instância pretende-se olhar para o caso Argentino para pensarmos possibilidades críticas relacionadas à mesma questão no Brasil.

Palavras-chave: Arquitetura. Ditadura militar. Sítios de memória. Rede de memória.

INTRODUÇÃO

Na Argentina, a luta pública contra o terrorismo de Estado por parte de familiares de desaparecidos, associado a um conjunto de medidas governamentais inéditas – como o *Juicio a las Juntas* – construíram uma memória comum sobre os crimes da última e mais violenta ditadura militar (1976-1983) (Silvestri, 2000). Como parte desse movimento de luta, grupos da sociedade civil² vêm reivindicando locais de tortura, memoriais e praças públicas, como provas jurídicas, espaços de significados políticos e simbólicos dos mais de 30.000 desaparecidos. Conformou-se uma *topografia da dor*³ em Buenos Aires, hoje composta por

¹ Mestranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, onde desenvolve desde 2017 a pesquisa ‘Memórias de dor em Buenos Aires: de ex *CCDTyE* a lugares de memória e consciência’ sob orientação do Prof. Dr. Renato Cymbalista e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² As primeiras agrupações, e pode-se dizer que as mais emblemáticas são as *Madres de Mayo*, as *Abuelas de Mayo* e os *Hijos por la Indentidad y la Justicia Contra el Desaparecimiento de Personas* (H.I.J.O.S).

³ A noção de uma *topografia da dor*, de Gabi Dolff-Bonekämper (2002), refere-se à ramificação de percursos, lugares e espacialidades que as memórias relativas à traumas conformam nos espaços urbanos devido à sua íntima ligação topográfica.

mais de 240 lugares de memória, entre placas comemorativas, ocupações, monumentos ou memoriais (Memoria Abierta, 2009).

Nessa topografia os *ex Centros Clandestinos de Detención Tortura y Exterminio (ex-CCDTyEs)*, hoje lugares de memória, têm uma importância crucial. Durante a ditadura militar existiram cerca de 700 *CCDTyEs* no país para abrigar as torturas, interrogatórios e manter os presos políticos encarcerados. Emaranhados de forma quase indistinguível no espaço urbano, muitos dos *CCDTyEs* eram disfarçados com um nome fantasia, outros estavam dentro dos próprios edifícios militares. Na capital federal cinco deles tornaram-se sítios de memória: a *Ex-Escuela Mecánica de la Armada*; o *Ex Olimpo*; o *ex Club Atlético*; o *Ex Virrey Cevallos* e o *ex Centro de Auto Motores Orletti*.

O presente artigo foca nesses centros, olhando-os pela perspectiva de rede. Busca-se mapear como esses sítios de memória se complementam (ou não), formando uma narrativa complexa e não redundante na cidade. Para isso toma-se como recorte as políticas da *Red Federal de Sítios de Memoria*, criada em 2007, pela secretaria de direitos humanos. Trata-se de um organismo inter-judicial responsável por articular a gestão de políticas públicas entre o Poder Executivo Nacional e as áreas estatais de direitos humanos das províncias e municípios, com foco nas iniciativas de educação, investigação, que acontecem nos *ex CCDTyEs*. A rede é hoje responsável pela tutela desses cinco sítios e, através dela, foram sinalizados cerca de 70 sítios na Argentina – em Buenos Aires e em mais sete cidades do interior⁴. Pensando isso no mundo contemporâneo a análise corre pela perspectiva *transnacional*, referindo-se aos processos de mescla e migrações culturais entre países em um mundo globalizado (Huysen, 2014).

Contudo a *Red Federal* não pode ser compreendida sem olhar ao processo de transformação dos atuais espaços de memória na Argentina. Afinal, a articulação dos sítios foi uma construção que levou anos e envolveu diferentes atores sociais, grupos de direitos humanos, intelectuais e agentes estatais. Estes trataram de criar meios de diálogos entre os diferentes sítios e suas experiências, tanto no âmbito local quanto global, configurando debates de intensidade sem igual na América Latina (Huysen, 2014). No intento de explorar essa experiência, o texto divide-se em três partes centrais: a primeira trabalha sobre a noção de lugares de memória e suas mobilizações e diálogos nos âmbitos globais e locais; a segunda explora a construção de uma topografia de memória em Buenos Aires, dando especial ênfase

⁴ Tucumán, Chaco, Santa Fé, Córdoba, Mendoza, Río Negro, Chubut.

aos diálogos estabelecidos entre os sítios nesse processo; e a terceira centra-se na *Red Federal de Sítios de Memória* e suas contribuições para os cinco sítios em questão. Acredita-se que o olhar para o caso argentino possa iluminar possibilidades de agenciamento sobre a mesma questão em outros países, como no Brasil, onde as iniciativas sobre o tema ainda engatinham.

A CIDADE COMO LUGAR DE MEMÓRIA

A noção dos *lugares de memória* foi cunhada por Pierre Nora, nos três volumes da obra *Lugares de Memória (Les Lieux de Mémoire)*, 1984; 1987; 1992; *apud* projeto de pesquisa em políticas públicas, 2016). Nela o autor considera os lugares como palco e agentes de acontecimentos capazes de favorecer reconexões com identidades e tradições históricas⁵ (Projeto de pesquisa em políticas públicas, 2016). Para ele as memórias possuem uma ligação inerentemente *topográfica*, histórico e espacial, tornando-se também capazes de produzir novos vínculos e dinâmicas sociais⁶ (Dolff-Bonekämper, 2010). Entretanto, a preocupação central do autor recaía sobre um Estado Nacional francês, laico e republicano, que ele via ameaçado no final do século XX (Projeto de pesquisa em políticas públicas, 2016). Acabava assim desconsiderando grupos historicamente marginais que já nessa época cobravam visibilidade e inclusão. Isso levou à ampla problematização de sua obra. Autores como Dolores Hayden (1994, p. 9 *apud* projeto de políticas públicas) apontavam a necessidade de iluminar grupos e histórias marginais e de violências (relativas, por exemplo, a gênero, etnia e raça). Para ela tornava-se ainda necessário um tratamento diferente na cidade, que buscasse a inclusão mais igualitária desses grupos na sociedade.

Segundo Andreas Huyssen (2002), essas questões inserem-se em um contexto de tomada de consciência política frente às atrocidades do século XX. Segundo o autor, em um cenário de vulnerabilidade dos países afetados por catástrofes (como os países latino-americanos afetados pelas ditaduras) e de intensificação da globalização, a divulgação do Holocausto, que emergia como a ferida maior do ocidente, despertou ações voltadas para os contextos locais (Huyssen, 2000). Essa mudança também passava pela historiografia global que, a partir do evento do Holocausto, deixava de lado o modelo linear e ascendente do séc.

⁵ Nora se refere à identidade francesa, especialmente republicana, que ele via ameaçada no século XX (*apud* projeto em políticas públicas, 2016).

⁶ Contudo um lugar de memória só o é para aquele que viveram no lugar, que tem suas lembranças ali. No caso dos que não viveram, a memória é substituída pela aprendizagem (Dolff-Bonekämper, 2010). Quem visita esses sítios recorda por “estações” de memória que, em conjunto, conformam caminhos e percursos que permitem o acesso às recordações individuais. Formam-se assim topografias, caminhos em trama, compostos por essas etapas de aprendizagem (Dolff-Bonekämper, 2010, p. 29).

XIX (Seligmann-Silva, 2000), Ao se sustentar quase exclusivamente a partir dos depoimentos dos poucos sobreviventes Auschwitz e sua meta-linguagem (Seligmann-Silva, 2000) fizeram com que as discussões nas décadas seguintes fossem, pouco a pouco, se atentando às margens da sociedade, modificando a noção de sujeito e a hierarquia dos fatos, destacando os pormenores da vida cotidiana, as subjetividades, experiências o fragmentário (Sarlo, 2003).

Na década de 90 as noções teóricas expandiram-se para instituições que passaram a explorar as relações entre sítios específicos e grupos historicamente esquecidos. Reconheceu-se nesses espaços uma preciosa via de transmissão de conhecimentos capaz de ampliar a consciência histórica e afirmar os direitos humanos (Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas, 2016). Em 1999 o seminário *Study and Conference Center* da *Rockefeller Foundation* em Bellagio, Itália, reuniu pesquisadores e gestores de instituições de sítios de memória dolorosas. Dentre os presentes estavam representantes do *Museu do Gulag em Perm*, Rússia; do *Tenement Museum no Lower East Side*, Nova Iorque, *Memorial do campo de concentração de Terezin* (República Checa), a *Casa de Escravos* (Senegal) e a ONG *Memoria Abierta*⁷ (Argentina), que posteriormente seria responsável pelo encaminhamento do primeiro museu de memória no país. Como descreve Abram o encontro pretendeu (2005, p.19 *apud* projeto de pesquisa em políticas públicas) “perguntar não apenas ‘o que é a história’, mas também ‘o que a história pode fazer para fazer do mundo um lugar melhor’ ”. A troca de experiências entre essas instituições permitiu a elaboração noção de *sítios de consciência* – lugares de memória que buscam fomentar o diálogo em torno de temas contemporâneos” (Projeto de pesquisa em políticas públicas, 2016”); bem como a sua disseminação através da configuração da rede global *International Coalition of Sites of Conscience*, hoje composta por mais de 200 integrantes. Foi assim a primeira vez que sítios desse tipo foram articulados em rede.

No mundo todo construíram-se monumentos, memoriais, placas comemorativas, ocupações e intervenções artísticas relativos a temas difíceis, grupos marginais e memórias traumáticas (Jelin, 2002). Na Argentina, no período entre 2004 e 2007, marcado pela anulação das leis de impunidade⁸, diversos centros clandestinos foram ‘recuperados’ e sinalizados por

⁷ Organização de direitos humanos que objetiva divulgar os registros da última ditadura militar e suas consequências. http://www.memoriaabierta.org.ar/quienes_somos.php > Acessado em 27/07/2016

⁸ Durante o governo de Alfonsín, foram aprovadas as leis *Punto Final* n° 23.492 e a lei *Obediencia Debida* n° 23.521. A primeira lei paralisou as investigações e anistiou os militares, e a segunda lei determinou que os crimes cometidos não eram puníveis, alegando que muitos dos militares foram coagidos à cometer os crimes por seus superiores.

meio da *Red Federal de Sítios de Memoria* (Feld, 2012). Assim, se nos anos 80, após o fim da ditadura, e começo dos anos 90, a luta política procurou verdade e justiça e os sítios foram utilizados prioritariamente como prova dos crimes; a partir de meados dos anos 90 era por memória e consciência política. A intelectualidade local também não ficava de fora desses debates. No bojo das mudanças historiográficas entendeu-se a memória da ditadura como manifestação cultural central daquele momento. Pensadores como Beatriz Sarlo, Hugo Vezzetti, Elizabeth Jelin, Hilda Sabato (para citar alguns) trataram de estudar, teorizar e problematizar as noções e as disputas entre as memórias. Via de regra, entendiam a ‘memória’ como um movimento plural, como construção, trabalho, em grande medida conflitante. Essa perspectiva passou também a ser mobilizado por organismos de direitos humanos e instituições estatais na construção dos ‘sítios de memória’ em questão.

UMA TOPOGRAFIA DE DOR EM BUENOS AIRES

O espaço público, entendido como democrático e ora restrito durante pelo governo militar, não a toa tornava-se fundamental nesses debates. Nesse momento luta por memória voltava-se à cidade, nutrida por uma série de fatores (Durán, 2012): as comemorações do vigésimo centenário do golpe; os novos relatos dos ex militantes; a penalização dos culpados pelo julgamentos relacionados aos sequestros das crianças; a decisão de criar o *Parque de la Memoria*, o primeiro lugar em homenagem às vítimas do terrorismo de Estado, e a construção de um ‘museu de memória’ no ex CCDTyE *Escuela Mecánica de la Armada*. Com relação aos sítios que compõem a rede, os primeiros debates giraram, portanto, em torno do *Parque de la Memoria* e do museu no *Casino de Oficiales* na ex *ESMA*.

O *Parque de la Memoria* trata-se de um parque-memorial de arquitetura contemporânea construído em homenagem aos 30.000 desaparecidos às margens do *Río del Plata*, onde os corpos eram jogados através dos *Vuelos de la Muerte*. Impulsionado por grupos de direitos humanos, pela *Universidad de Buenos Aires* e pela prefeitura da cidade, sua concepção em 1996 marcou um ponto alto da luta contra a violência de Estado na Argentina. Segundo Florencia Battiti (2016, entrevista concedida à autora, traduzida por mim) quando grupos de direitos humanos davam os primeiros passos em direção ao projeto, “as leis de impunidade estavam ainda vigentes, quase não se falava dos desaparecidos [...] Não existia no país um lugar nem remotamente similar a esse. Nem aqui e nem na América Latina.”. A mobilização de grandes recursos monetários estatais; o lançamento de concursos

arquitetônicos; a intensa participação de grupos de direitos humanos; bem como o envolvimento da universidade, inaugurou uma estratégia inédita de *trabalho com a memória*⁹ no país (Di Cori, 2005). Vislumbrava-se, pela primeira vez, a possibilidade de pensar novas relações entre espaço público e memória da ditadura (Di Cori, 2005).

Por outro lado também foi motivo de disputa e discordâncias. Enquanto era concebido pela prefeitura da cidade, a Argentina estava sob a presidência de Carlos Menem (1989-1999). Menem, que pretendeu acelerar o processo de amnésia sob o pretexto de reconciliação¹⁰, propunha a destruição dos edifícios da *Escuela Mecánica de la Armada*. No lugar devia ser construído um parque público com um monumento em nome da ‘união nacional’ representando, segundo o decreto (*apud* Neves, 2014, p. 86) ‘a vontade de reconciliação do povo argentino’. Como esperado – já que nenhuma vontade de reconciliação se expressara por parte da sociedade civil – a ideia causou um grande furor. Assim, enquanto parte das *Madres de Mayo* e dos *Hijos por la Identidad Justicia contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S), questionavam a construção do *Parque de la Memoria*, em um momento em que as leis de impunidade ainda estavam vigentes; formava-se uma grande frente de resistencia para evitar a destruição dos edifícios da *Ex Escuela Mecánica de la Armada* (Schindel, 2009). A *ESMA* fora o epicentro da rede de centros clandestinos. Em um de seus edifícios, o *Casino de Oficiales*, foram encarceradas e torturadas cerca de 5.000 pessoas, de modo que sua destruição implicaria no apagamento de uma prova fundamental para vários dos julgamentos em curso.

Após anos de luta, o lugar foi tombado pela *Comision Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Historicos (CNMMYLH)*, por seu valor histórico e probatório. Atribuiu-se ao Estado a tutela do espaço e indicou-se a construção de um museu de memória no local (Neves, 2014). Isso, associado à anulação das leis de impunidade levou à criação de um “*espaço de memória e promoção dos direitos humanos*”, cuja a coordenação foi assumida por um grupo de representantes de quatorze organismos de direitos humanos, em parceria com os governos Estadual e Nacional (Schindel, 2009). Antes mesmo disso já falava-se da construção de um museu de memória no *Casino de Oficiales*, o que tornou-se uma possibilidade efetiva a partir de então.

⁹ Segundo Elizabeth Jelin (2002) trata-se do agenciamento e do direcionamento consciente das memórias.

¹⁰ Nesse momento Menem já havia, por exemplo, promulgado sete decretos de perdão aos acusados pelo *Juicio a las Juntas* (Neves, 2014).

A *Memória Abierta*, um grupo de organizações de direitos humanos também localizada na *ESMA*, foi então encarregada pela concepção de um museu de memória no *Casino de Oficiales*. Para isso, desde 1999 (Guglielmucci, 2011) veio armando jornadas, seminários e conferências para discutir o assunto, congregando intelectuais, museólogos e membros de organismos de direitos humanos. Na Argentina e na América Latina, onde as iniciativas recém engatinhavam, a criação um museu sobre o tema era um grande desafio. Afinal, o que viria a ser um museu de memória? Quais seriam seus conteúdos e propósitos? Quem agenciaria o espaço e como seria financiado? Se, em 1999, quando aconteceu o primeiro dos encontros, o foco foram os conteúdos e a própria noção de um ‘museu de memória’, amplamente questionado especialmente pelos intelectuais¹¹; o segundo e o terceiro, em 2004, buscaram traçar os objetivos do museu, o perfil dos visitantes e as ferramentas de transmissão de conhecimento¹² a serem mobilizadas no espaço. Nesse momento concordou-se, majoritariamente, que o Estado devia ser responsável pelo Museu, que o museu devia ocupar a *ESMA*, e que a iniciativa não devia ser voltada apenas para os afetados diretos (Memoria Abierta *apud* Guglielmucci, 2011).

O *Casino de Oficiales* foi aberto ao público pela primeira vez três anos depois, em 2007, apenas com alguns cartazes onde exibiam-se testemunhos e plantas reconstitutivas do

¹¹ No primeiro deles em 1999, chamado “*Primeras Jornadas de debates Interdisciplinário*”, o foco foram os conteúdos do museu. Lá a ONG *Memoria Abierta* apresentou a iniciativa do museu como “*una expresión representativa del amplio interés colectivo por "mantener viva la memoria", y efectivamente realizable (con vista a su futura institucionalización) a través del liderazgo histórico de los organismos de DD.HH. en la "lucha por Verdad y Justicia"* (Guglielmucci, 2011, p.96). Contudo, como afirma Ana Guglielmucci (2011, p. 96), os especialistas convidados para orientar a construção do museu questionaram a ideia, por diversas perspectivas. Perguntavam “*por qué habían pensado en un museo como "vehículo de memoria", e insistieron en la importancia de realizar una convocatoria más pluralista que la de los "afectados directos" por la represión estatal pasada*”. Para eles a ‘memória’ era tida pelos organizadores como um ‘valor’, um ‘fim’ em si mesmo e, ao contrário disso, preferiam falar da ‘memórias’ como ‘trabalho’ e ‘construção social’. Problematizavam então a própria ideia de memória como um ‘objeto de museu’, seja pela de ordem moral e política ou como um objeto. Os museólogos, Américo Castilla e José Pérez Gollán, advertiram sobre a importância de pensar um roteiro e um projeto de gestão; sobre as particularidades um museu de memória; questionavam como mantê-lo com em país economicamente instável como a Argentina; e sugeriam um projeto elaborado a partir do acadêmico, com independência, respeito e pluralismo. Por sua vez nem todos os membros dos organismos de direitos humanos concordavam com a construção do museu ou tomavam isso como preocupação central. Muitos estavam mais preocupados com questões a preservação do sítio e outros defendiam sua reconstrução a partir dos depoimentos dos sobreviventes (Guglielmucci, 2014).

¹² Os dois encontros seguintes aconteceram no ano de ocupação da *ESMA* pelas organizações e trataram – em um outro contexto político e em um momento de destaque do tema na agenda pública – de discutir os conteúdos do museu os objetivos, o perfil dos visitantes e as ferramentas de transmissão de conhecimentos. No primeiro entre eles, chamado de ‘*O museu que queremos*’, o *Memória Abierta*. Os participantes, mais numerosos e diversos que no primeiro encontro, trabalharam em grupos temáticos a partir de frases diversas e controversas propostas pelo *Memoria Abierta*. Por exemplo, “*El museo deberá presentar una articulación de voces y versiones distintas de lo ocurrido*”; “*El museo no tiene como misión comprender y enseñar, sino mostrar lo que ocurrió y nada más*”; e “*El museo será parte de un recorrido turístico de la ciudad de Buenos Aires*” (Memoria Abierta *apud* Guglielmucci, 2011, p. 115).

lugar. Seis anos depois começaram as obras do chamado museu de sítio *ESMA*. Segundo Alejandra Naftal¹³, curadora, partiu-se da ideia de manter o edifício tal qual foi entregue às organizações de direitos humanos em 2004. Assim os rastros ainda se exprimem nas paredes descascadas, riscadas, mofadas, pintadas e repintadas, nas marcas do piso e do teto. As únicas alterações foram de restauração e conservação. Em termos expográficos o percurso foi organizado por estações temáticas. Começa com a apresentação do lugar e o contexto da luta política e termina com o julgamento dos militares. Para guiar a visita e a exposição do guia que conduz o visitante, foram instalados totens de vidro com plantas, depoimentos e textos explicativos; bem como projeções de imagens e vídeos que elucidam o uso do espaço no passado. O lugar que já recebeu mais de 240.000 visitantes trata, portanto, de introduzir o tema a qualquer um que visite o país e não apenas de contar a história do local.

Os centros clandestinos menores, por sua vez, se distinguem em muito do museu de sítio *ESMA* ou do *Parque de la Memoria* em termos de escala. Como afirma Guglielmucci (2011, p. 119) mobilizaram-se outros atores sociais e organismos de direitos humanos, como as associações de bairros, sobreviventes, familiares dos detidos-desaparecidos, e integrantes de organizações políticas de esquerda. Diferente da *ESMA*, amplamente denunciada ao *CONADEP*, os *CCDTyEs* menores, onde menos pessoas estiveram, foram denunciados pelos sobreviventes e vizinhos aos locais. Inseridos em bairros de trabalhadores, apesar de clandestinos, os militares deixavam escapar os gritos e cheiros das torturas como forma de amedrontar e controlar a vizinhança. Desse modo as torturas envolviam não apenas quem estava lá dentro, mas ecoavam e produziam efeitos na escala do bairro. Além disso, ao contrário da *ESMA*, encontravam-se em edificações menores. O *Club Atlético* era uma pequena delegacia no bairro de *San Telmo*, o *Olimpo* (maior deles) era um edifício da polícia militar, o *Centro de Automotores Orletti* uma mecânica e o *Virrey Cevallos* uma residência do século XIX ocupada pela força aérea. Entretanto, para denunciar e ocupar esses sítios, os depoimentos não foram suficientes. Foram necessário marchas, escraches, realizadas pelos vizinhos e organizações de bairro.

Uma vez desocupados, era necessário também decidir seus destinos. Para isso as organizações governamentais, assim como havia feito a *Memoria Abierta*, organizaram outros encontros e jornadas de trabalho (Guglielmucci, 2011). Esse foi o caso simpósio "*Culturas urbanas de la Memoria - Buenos Aires / Berlín*", realizado em 2005 em Berlim e, em 2006,

¹³ Depoimento disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FIqptb9JEe8&t=113s> > acessado em 16/09/2017.

em Buenos Aires, com o apoio de ambas as prefeituras. Para os organizadores as cidades mostravam nas suas paisagens urbanas marcas e signos que traziam ao presente um passado que muitos buscaram esconder. O simpósio pretendia, então, pensar como conservar essas marcas, reafirmando a importância do empreendimento de ações governamentais para isso. Segundo Guglielmucci (2011) diferente das jornadas do *Memoria Abierta*, a questão central se descocava dos ‘conteúdos de um museu’ para o que fazer com sítios que eram, enquanto provas testemunhais, eles mesmos veículos de memória. Se voltou à relevância dos traços e restos, e à importância de preservar os marcos históricos, sejam relacionados ao regime Nazi, à perseguição política ao regime comunista, ou ao terrorismo de Estado.

Hoje cada um dos sítios possui suas questões e disputas particulares, bem como variaram no modo de conservar e intervir no lugar. No *Club Atlético*, destruído ainda durante a ditadura, a questão central foram os trabalhos arqueológicos. Lá foram mantidas as ruínas, que podem ser observadas de longe por quem passa na *Av. Colón*. No *Olimpo*, o maior deles, construído para abrigar os presos do *Club Atlético*, as discussões giraram entre a reconstrução total ou o mantimento das ruínas. Ao fim manteve-se o sítio como foi encontrado e implementou-se um projeto de reconstrução virtual via maquetes 3D. Na garagem, onde aconteceram as torturas resta um grande vazio com marcas delimitando as antigas celas no chão. No *Centro de Automotores Orletti*, por sua vez, onde estiveram os prisioneiros da operação *Cóndor*, as únicas intervenções provem dos trabalhos arqueológicos. O *Virrey Cevallos*, como o *Automotores Orletti*, onde operava as forças aéreas, também permaneceu como foi encontrado. Em todos estão expostos os processos de restauro, como as camadas das paredes descascadas pelos arqueólogos onde se vê as diferentes mudanças do local. Isto ainda é mobilizado como recurso pedagógico pelos educadores para apontar ao público as alterações edílicas realizadas ao longo das histórias dos sítios.

As discussões teóricas, desenvolvidas através do encontro entre intelectuais e gestores associadas, claro, aos encaminhamentos dos locais, provocaram um giro desde o controverso conceito de museu (ver nota 21) até "*sitio de memoria*", "*sitio histórico*" ou "*espacio para a memoria*" (Guglielmucci, 2014). Além de, em todos eles, a opção ter sido a conservação do espaço original, primeiramente por serem provas dos julgamentos que ainda se encaminham; houve também um refinamento da ideia de memória promovida pelo intenso diálogo entre o âmbito acadêmico e institucional. Mais e mais se falava de ‘memórias’, ‘verdades’, ‘rastros’ e ‘experiências’.

No bojo dessas discussões o museu da *ex ESMA*, elaborado a posteriori, foi chamado ‘museu de sítio’. A *Memoria Abierta* também incorporava a ideia de ‘sítio de memória’. Promovia assim, sob essa nova perspectiva, outros debates, colóquios e projetos sobre o conjunto de lugares que vinha se formando. Criou, por exemplo, o projeto ‘*Topografía de la Memoria*’ para sistematizar e produzir informações sobre os sítios, monumentos e outros espaços incorporando, assim, a arquitetura como ferramenta de memorialização. Segundo Gonzalo Conte (2017, p. 167) “[...] *la decisión de involucrar a la arquitectura como complemento de un conjunto de disciplinas en el campo de la memoria, aporta la posibilidad para todos de ver y transitar estos espacios que conforman el soporte de los testimonios de las víctimas involucradas*”. Entretanto, as discussões e encaminhamentos dos sítios de memória demonstram que a arquitetura atua mais que um suporte dos testemunhos. As paredes mesmo em ruína ‘falam’, provocam sensações difíceis de descrever, causam desconforto. A arquitetura também é agente, é fruto e altera nossas ações e as dinâmicas sociais, e não por acaso ocupou um papel central na luta por memória argentina.

A REDE FEDERAL DE SÍTIOS DE MEMÓRIA

A *Rede federal de Sítios de Memória* foi criada em 2007, depois das transformações dos centros clandestinos em sítios de memória, no sentido de formalizar e articular ainda mais essa topografia que já vinha se formando. O objetivo era promover o intercâmbio de experiências e métodos entre o *Arquivo Nacional de la Memoria*¹⁴, as áreas estatais e municipais de direitos humanos. A novidade foi o início das sinalizações dos sítios de memória, a gestão e acompanhamento dos espaços de memória em todo país por meio de uma instituição governamental. De modo semelhante à noção de memória mobilizada nos ex centros clandestinos, segundo Eduardo Luis Duhalde, secretário de Direitos Humanos da Nação, a rede partiu da ideia de memória também como algo construído, trabalhado e agenciado.

Hoje a rede atua sobre dois tipos de lugares: os lugares sinalizados, que continuam sendo ocupados pelos militares; e os sítios de já desapropriados, chamados ‘lugares de memória’. Os eschachos e marchas não foram, assim, a única forma de reivindicação. Hoje já

¹⁴ Segundo a resolução n. 014 de 2007 da Secretaria de Direitos Humanos argentina, o Arquivo Nacional é um organismo desconcentrado. Suas atribuições centrais são: obter, analisar, classificar, duplicar, digitalizar, e arquivar informações e testemunhos sobre os crimes de lesa humanidade. O arquivo centraliza, no âmbito nacional, os arquivos sobre o tema, incluindo as informações da CONADEP.

existem cerca de 70 lugares sinalizados em todo o país, incluindo os cinco lugares de memória de Buenos Aires. Cada uma delas leva meses ou anos de trabalho de pesquisa junto às autoridades locais e resulta numa demarcação simples, mas de grande impacto. Um cartaz, pilar ou placa de tamanho grande e ampla visibilidade, com um texto explicativo sobre a história do lugar instalados nos sítios. ‘Escracham’, apontam, esse passado vergonhoso, tanto para os habitantes da cidade, quanto para os trabalhadores locais, os quais muitas vezes desconhecem. Adquirem assim um caráter ritualístico, performativo e comemorativo. Sua instalação costuma ser um evento, reunindo dezenas de pessoas que comemoram o fato do Estado estar reconhecendo, publicamente, sua culpa frente aos crimes. Lá exposta assume um caráter educativo, de conscientização das pessoas que passam ou habitam o espaço.

Em 2014 a ‘ex Esma’, o ‘ex Olimpo’, ‘o ex Club Atlético’, o ‘ex Automotores Orletti’ e o ex ‘Virrey Cevallos’ passaram a serem administrados diretamente pelo Estado nacional (lei n. 23.935). Isso significou uma ação mais incisiva da rede nesses lugares, ao menos em teoria. Entretanto, na opinião de duas trabalhadoras do ‘Virrey Cevallos’, apesar da rede propor o intercâmbio maior entre os sítios, na prática essa responsabilidade continuou a cargo de cada um. As mudanças talvez não sejam tão evidentes, mas algumas das iniciativas nesse sentido devem ser consideradas.

Um exemplo foram os encontros empreendidos pela Secretária de Direitos Humanos, entre 2006 e 2011, publicados na forma de dois cadernos. Ambos compilam textos de teóricos e gestores ligados ao tema, os quais expuseram suas experiências e análises. Os primeiros (2006-2008) concentram-se na conceituação de uma ideia de memória. Incluiu-se temas como testemunho, os tratamentos possíveis de um passado traumático, e as relações possíveis entre memória e espaço, a ideia de uma ‘topografia de memória’ desenhado no espaço urbano. Inclui-se também textos sobre outras experiências, a Chilena, da memorialização do Holocausto e do *CCDTyE La Perla*. O segundo caderno, diferente do primeiro, não aborda os encontros, apenas compilando textos. Foca principalmente nos avanços e dificuldades encontrados no trabalho de gestão dos espaços argentinos. São expostas especialmente as experiências de programas educativos, como o ‘Jóvenes y Memoria; as experiências desenvolvidas no *Centro Cultura por la Memoria de Trelew, La Perla e Olimpo*.

No âmbito dos centros clandestinos um dos eixos da articulação em rede, aparece nos cartazes com informações sobre todos os sítios dispostos nos lugares. Apesar de, a primeira vista, isso possa parecer banal, ao entrar lá o visitante tem um panorama dos centros

semelhantes existentes na cidade, bem como pode coletar *folders* e informações sobre horários de visitas. Porém isso só se dá no local. Não se entende, por exemplo, aos websites e blogs das instituições que, tampouco, apresentam uma uniformidade da organização de conteúdos.

Sabe-se da importância dos meios virtuais em nossos dias, seja para a divulgação, seja pelo acesso de conteúdos informativos e educativos. Os lugares e instituições não acontecem mais só no espaço físico. Tornaram-se, ao mesmo tempo, materiais e virtuais. São meios pelos quais se arquiva, se coleta e se troca informações. Também através deles pode-se notar as diferenças hierárquicas e de agenciamento dos sítios. Enquanto o *site* da Ex-ESMA é complexo e rico em informações – mapas, notícias, linha do tempo, imagens, depoimentos, informações sobre as instituições e visitas – o site do Virrey Cevallos, o menor entre os cinco, e o qual se tem menos informações, está no formato de blog. Estão expostos alguns textos, depoimentos e poucos arquivos, sem informações sobre visitas ou eventos. Nenhuma das páginas virtuais indica, contudo, os lugares que compõem a rede. O conjunto de sítios está disponível apenas na página da secretaria de direitos humanos. Talvez um trabalho da *red* nesse sentido poderia auxiliar numa maior articulação entre eles, mas também numa transmissão mais efetivas de informações.

Entretanto, sabe-se que a *internet* é também um meio de propaganda capaz de aplinar qualquer objeto complexo. Reduzi-lo, por meio da imagem, à propaganda, que nada mais é do que a ponte direta entre economia e cultura. Nesse sentido deve ser questionado o amplo conteúdo propagandístico produzido pela Secretaria de Direitos Humanos que também busca, no limite, inserir os sítios na rota turística de Buenos Aires. Isso foi reforçado, ainda, com o recente lançamento da *Ex Escuela Mecánica de la Armana* como candidata como patrimônio cultural da humanidade no grupo pelo *Nunca Más* da UNESCO em 2017¹⁵. Segundo Daniel Tarnopolsky¹⁶, em entrevista para a Rádio Telam (2016), o objetivo foi bastante ambicioso: pretendeu-se fazer do museu uma ‘ponta de navio’ para formar uma rede de patrimônios da humanidade, primeiramente com os *CCDTyE* argentinos, que hoje fazem parte da *Red*

¹⁵ O grupo temático, que insere-se na categoria de patrimônio cultural, inclui sítios onde houveram graves violações aos direitos humanos, catástrofes e desastres. Dentre os já nomeados, estão o campo de extermínio nazista *Aushwitz-Birkenau* (Polônia), o memorial da paz em Hiroshima *Genbaku Dome* (Japão), um edifício impactado pela bomba atômica; a ilha de *Goreé* (Senegal), principal centro de tráfico de escravos na costa africana e área da ponte de *Mostar* (Turquia), destruída pelos conflitos com a Bósnia no começo do século XX e *Robben Island* (África do Sul), que funcionou como uma prisão para os perseguidos políticos durante o *Apartheid*. Todos eles são hoje grandes atrações turísticas de seus respectivos países e trabalham com memoriais construídos nos próprios sítios.

¹⁶ Ativista e membro da comissão criada para a candidatura da Ex-ESMA.

Federal de sítios de Memória, e depois com toda a América Latina. Afinal, sabe-se que se, por um lado a UNESCO apresenta uma proposta interessante de intercâmbio de experiências entre os sítios que compõem o grupo através de encontros e *workshops*; por outro, concentra-se em sítios excepcionais e grandiosos capazes de compor uma imagem atrativa para o turismo. Contudo, se através do turismo, esses sítios são transformados em chamarizes do capital internacional, levando à problemas éticos profundos, já que estamos falando da memórias memórias extremamente dolorosas de indivíduos que perderam seus entes mais queridos; por outro é necessário que essa história seja conhecida pelo maior número de pessoas possíveis, para que jamais voltem à acontecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como buscamos demonstrar ao longo do texto, a articulação dos sítios em rede não se deu do dia pra noite, por meio da promulgação da lei que criou a rede federal. Foi uma construção que envolveu atores sociais, intelectuais e membros do Estado, os quais entraram em constante disputa. Nos processos dos *Ex CCDTyEs* em sítios de memória, várias iniciativas foram empregadas para fomentar o diálogo entre distintas experiências, locais e globais, tornando-se assim meio fundamental pelo qual os lugares se constituíram. Através delas, produziu-se conhecimentos e amadureceu-se as ideias e propósitos de um sítio de memória. Contudo, talvez não pudesse ser diferente. Cada um deles é uma peça complexa de uma topografia dolorosa na cidade. São guiados por um desejo comum de construir uma memória justa, produzir e transmitir conhecimentos sobre um momento de fricção da história do país: a ditadura militar. E, se, enquanto cenários da barbárie funcionaram como uma rede, enquanto lugares de memória e consciência tratam de se fortalecer também nessa perspectiva. Afirmam-se ora pelas qualidades e trabalhos de cada um; ora pelo impressionante números de marcas de memória na cidade fruto de uma longa luta política – provavelmente sem igual na América Latina – que não deixar esse passado cair no esquecimento.

Também assumiram papéis específicos enquanto peças de uma engrenagem repressiva; e assumem papéis específicos no processo de memorialização. A *ESMA*, enquanto cérebro da violência de Estado e através da perspectiva de um ‘museu de memória’ trata de enunciar o tema para qualquer visitante da cidade. Lança-se, também por meio disso, no âmbito global, sendo o único dos centros indicado no site da prefeitura de Buenos Aires como atração turística. Afinal, sua expografia arrojada, com luzes, vídeos e projeções, a torna mais

atrativa que os demais. Por outro lado embora o lançamento dos sítios como meio de atrair o turismo carregue problemas éticos profundos, já que através disso corre-se o risco de banalizar a dor dos outros; a ampla divulgação dessa história de graves violações de direitos humanos, que muitos tentaram esconder, é necessária para a construção de uma memória justa.

Dentre os centros clandestinos menores o *Olimpo* ganha maior destaque, pelo tamanho das suas edificações, que ocupam um quarteirão inteiro, e pelo número de vítimas que lá passaram. O ex *Club Atlético*, por ter sido destruído pelos militares para a construção de um viaduto, torna-se símbolo do ímpeto de apagamento dos crimes por parte dos militares e de um projeto urbano desenvolvimentista empregado por eles. Os restos lá expostos, em meio a trama urbana só podem ser vistos de longe. Entretanto hoje, dividido apenas por uma grade, aparece ser o lugar mais entrelaçado com a cidade. Ao passar pela agitada avenida é impossível não ficar ao menos curioso e perguntar-se o que são aquelas ruínas. O centro de *Automotores Orletti*, trata, por sua vez, da operação *Cóndor*, conectando-se assim às histórias das ditaduras latino americanas que, através dessa operação, se uniram para reprimir e perseguir. Já o *Virrey Cevallos*, localizado em uma casa que dividia suas paredes com outras habitadas por famílias, apresenta enfaticamente o papel e efeitos dos centros clandestinos na escala do bairro. Vizinhos que habitaram o local nessa época afirmam ter sistematicamente ouvido os gritos e barulhos o ranger dos motores dos carros policiais que rapidamente ingressavam no local com as vítimas. Tornaram-se assim testemunhos fundamentais para a investigação do sítio.

Entretanto, uma política pública em nível nacional pode ser uma iniciativa ainda mais efetiva de articulação dos centros. Tanto para que eles se complementem e troquem experiências; quanto para que essa história se torne ainda mais visível na cidade. Aponta assim para uma possibilidade crítica não apenas para a Argentina, mas para o Brasil. Afinal, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade mostraram a existência de uma série de lugares semelhantes aos ex centros clandestinos, especialmente no interior do país. Contudo, uma vez descobertos, resta saber como agencia-los em conjunto, construindo uma memória justa comum, capaz de ampliar a consciência política e evitar a violência de Estado, que até hoje afeta os mais pobres.

REFERÊNCIA



ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. trad. Paulo Soethe, Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BATTITI, Florencia. **Entrevista concedida para a autora**. Maio de 2016.

CONTE, Gonzalo. **Memoria Abierta**: Topografía de la Memoria. In: Cymbalista et al. (org.). **Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo, Anna Blume, 2017.

CYMBALISTA, Renato. **Projeto em políticas pública**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2015.

DIRECCIÓN NACIONAL DE SITIOS DE MEMORIA. **Política Nacional de Sitios de Memoria: presentación marzo 2016**. Buenos Aires, 2016.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Sites of Hurtful Memory. In: **Conservation**, The Getty Conservation Institute Newsletter n.17, 2002.

DURÁN, Valeria. La vengida del horror: pasado y presente en torno de los (ex) centros clandestinos de detención. In: HUFFSCHMID, Anne; DURÁN, Valéria (orgs.) **Topografías conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa**. Buenos Aires, Nueva Trilce, 2012.

FELD, Claudia. Las capas memoriales del testimonio. Un análisis sobre los vínculos entre espacios y relatos testimoniales en el Casino de Oficiales de la ESMA. In: HUFFSCHMID, Anne; DURÁN, Valéria (orgs.) **Topografías conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa**. Buenos Aires, Nueva Trilce, 2012.

GUGLIELMUCCI, Ana. **De Centro Clandestino de Detención “Olimpo” a “sitio de memoria”**: reflexiones sobre gestión política y trabajo simbólico. In: Peter et al (org.), **Memorias urbanas en diálogo: Berlín y Buenos Aires**. Buenos Aires, Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2012.

GUGLIELMUCCI, Ana. **El proceso de consagración de la memoria del terrorismo de Estado como política pública estatal de derechos humanos en Argentina**. Tese de doutorado – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2011.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro, Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

HUYSEN, Andreas. Mapeando o Pós Moderno. In: **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid, Siglo Veintiuno de España, 2002.

MEMORIA ABIERTA. **Memórias en La ciudad**: Señales Del terrorismo de Estado en Buenos Aires. Buenos Aires : **Memória Abierta/EUDEBA**, 2009.



MEZAROBBA, Glenda. **O preço do esquecimento:** as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). Tese de doutorado - Curso de Ciência Política, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

NEVES, Deborah. **A persistência do passado:** patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

RED FEDERAL DE SITIOS DE MEMORIA. **Sítios de Memoria:** experiencias y desafios. Cuaderno I. Buenos Aires, Abril de 2009.

RED FEDERAL DE SITIOS DE MEMORIA. **Sítios de Memoria:** experiencias y desafios. Cuaderno II. Buenos Aires, dezembro de 2011.

SAID, Judith. Apresentação. In: **Red Federal De Sitios De Memoria.** Sítios de Memoria: experiencias y desafios. Cuaderno I. Buenos Aires, abril de 2009.

SAID, Judith. Apresentação. In: Red Federal De Sitios De Memoria. **Sítios de Memoria:** experiencias y desafios. Cuaderno II. Buenos Aires, dezembro de 2011.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado:** cultura da la memoria y giro subjetivo. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002.

SARLO, Beatriz. **Una alucinación despierta en agonía.** Punto de Vista, Buenos Aires, n.21, p. 1-4, ago. 1984.

SCHINDEL, Esthela. Lugares de memoria en Buenos Aires In: BIRLE, Peter et al (org.), **Memorias urbanas en diálogo:** Berlín y Buenos Aires. Buenos Aires, Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, memória e literatura.** Campinas: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, Editora UNICAMP, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Estética e política, memória e esquecimento:** novos desafios na era do esquecimento. Campinas, Remate de Males, V.29, n.2, 2009, p.271-281.

SILVESTRI, Graciela. **El arte en los limites de representación.** Punto de Vista, Buenos Aires, n. 68, p. 18-24, dez. 1999.

TARNOPOLSKY, Daniel. Entrevista concedida à Telam Rádio. Telam, Buenos Aires, 20 de outubro de 2016. Disponível em < <http://www.telam.com.ar/notas/201610/167733-ex-esma-unesco-abuelas-de-plaza-de-mayo-patrimonio-de-la-humanidad-espacio-memoria-derechos-humanos.html>> acessado em 15 de agosto de 2017.